

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

Mensagem da Presidente do PSD

Uma nova era

A vitória de Manuela Ferreira Leite nas eleições directas do PSD do passado dia 31 de Maio, marca o início de um novo ciclo, uma nova era no PSD. Um novo ciclo em que a nota dominante será aferir da credibilidade do PSD como alternativa de poder em 2009. Uma nova era em que o PSD será o último depositário da esperança de milhões de portugueses numa vida nova e melhor para todos.

É essa a tarefa ingente e difícil de Manuela Ferreira Leite. Num primeiro plano congregando à sua volta o partido, unido, coeso e solidário. Noutro formando uma equipa que apresente propostas consistentes, sérias e mobilizadoras para ganhar o país.

É esse o desafio de todos nós. Com determinação, rasgo e visão venceremos.

Na hora de mudança é bom que se preste o tributo àqueles que ora cessam funções. Fizemos-no, seguramente, com denodo, empenho e proficiência. Merecem o nosso agradecimento. Em nome de todos, obrigado.

Jorge Neto

Manuela Ferreira Leite dirige-se aos militantes, pela primeira vez como “Líder”



Destaques:

Mensagem da Presidente aos militantes

Leia na pag. 2

XXXI Congresso do PSD, 20 a 22 de Junho

Em “Actividades do PSD”

Intervenção do PSD no final do debate da Moção de Censura ao Governo

Em “Parlamento”

Mensagem da Presidente do PSD

Manuela Ferreira Leite dirige-se aos militantes, pela primeira vez como “Líder”

«Caras Companheiras, caros Companheiros:

Tendo sido eleita pelo vosso voto no passado dia 31 de Maio, quero saudar-vos e dizer-vos que conto convosco nesta caminhada rumo ao engrandecimento do PSD.

Até ao dia 20, vamos todos contribuir para que o nosso Congresso seja mais uma manifestação de força a que habituámos o País.

Por Portugal.

Pelo PSD. - Maria Manuela Dias Ferreira Leite»

Eleições no Grupo Parlamentar

Logo após terem sido conhecidos os resultados das Directas, o candidato vencido, Pedro Santana Lopes, apresentou a sua demissão da chefia do Grupo Parlamentar, que vinha desempenhando.

Entretanto, Manuela Ferreira Leite, afirmou que pretende que a eleição da nova direcção parlamentar do partido não seja feita de imediato, mas sim que decorra depois do Congresso, recordando “que sempre foi assim”.

“Sempre foi assim, não há razões para ser de outra forma”, afirmou na Assembleia da República, à saída de uma cerimónia evocativa da memória do antigo deputado Francisco Lucas Pires, naquele que foi o seu primeiro acto público depois da eleição para a presidência dos sociais-democratas, no domingo.

Questionada sobre as razões porque prefere que a eleição da nova direcção parlamentar decorra só depois do XXI Congresso do PSD, que elegerá nos dias 20, 21 e 22 de Junho, em Guimarães, os novos órgãos nacionais do partido, a líder social-democrata disse apenas que é para “cumprir o que tem sido costume”.

Manuela Ferreira Leite adiantou ainda que voltará ao Parlamento na quinta-feira (5ª feira passada) para “falar com o grupo parlamentar”, o que foi imediatamente confirmado por uma nota de Pedro Santana Lopes, que comunicou aos 75 deputados do PSD, que a recém-eleita presidente do PSD se reunirá com a bancada, naquela data.

Na nota, Santana Lopes refere ainda que o primeiro ponto da ordem de trabalhos da reunião será a eleição da nova direcção do grupo parlamentar e o segundo ponto outros assuntos sem agenda definida.

Manuela Ferreira Leite, renuncia ao cargo de Conselheira de Estado

Manuela Ferreira Leite, apresentou ao Presidente da República a sua renúncia ao cargo de conselheira de Estado, disse à agência Lusa fonte social-democrata.

A decisão de Manuela Ferreira Leite é fundada no facto de ter sido escolhida por Cavaco Silva para conselheira de Estado, numa altura em que ainda não exercia as actuais funções de presidente do PSD.

O Conselho de Estado é o órgão político de consulta do Presidente da República e é composto pelo presidente da Assembleia da República, primeiro-ministro, presidente do Tribunal Constitucional, provedor de Justiça, e pelos presidentes dos Governos Regionais.

Inclui os antigos Presidentes da República eleitos na vigência da Constituição



que não tenham sido destituídos do cargo, cinco cidadãos designados pelo Presidente da República pelo período correspondente à duração do seu mandato e cinco cidadãos eleitos pela Assembleia da República, de harmonia com o princípio da representação proporcional, pelo período correspondente à duração da legislatura.

Manuela Ferreira Leite continuará em funções até à posse da personalidade que a substituir no cargo, de acordo com a Constituição.

Compete ao Conselho de Estado pronunciar-se sobre a demissão do Governo, sobre a declaração da guerra e o estabelecimento da paz, e sobre os actos do Presidente da República interino.

Além disso, compete-lhe pronunciar-se nos demais casos previstos na Constituição e, em geral, aconselhar o Presidente da República no exercício das suas funções, quando este lho solicitar.

Deputados do PSD adiam eleição de líder para o pós-Congresso

Os deputados do PSD decidiram hoje adiar para depois do Congresso de 20, 21 e 22 de Junho a eleição da nova direcção parlamentar, como pretendia a presidente do partido, Manuela Ferreira Leite.

A decisão foi anunciada aos jornalistas pelo líder parlamentar demissionário, Pedro Santana Lopes, que adiantou que até à eleição da nova direcção é Manuela Ferreira Leite determinará o sentido de voto do PSD e quem falará em nome do partido nos debates no Parlamento.

A decisão foi tomada numa reunião especial da bancada social-democrata, em que esteve presente a líder do Partido, que cumprimentou oficialmente os Deputados e lhes agradeceu o trabalho e o esforço empenhado que têm aplicado à defesa dos interesses de Portugal e do PSD:

Reiterou ainda que a eleição da nova direcção parlamentar, deveria ser adiada para depois do Congresso.

“A maioria dos deputados exprimiu-se no sentido de acolher a posição da presidente da Comissão Política Nacional”, disse.

“Ficou claro que ficando a actual direcção a assegurar a gestão corrente do grupo parlamentar, as escolhas da representação política serão asseguradas pela presidente eleita”, disse Santana Lopes, acrescentando que também o sentido de voto do PSD nos debates emanará da Presidente, até haver nova direcção parlamentar.

Entretanto, a prestação de Pedro Santana Lopes como líder parlamentar do PSD foi elogiada por deputados do PSD como José Matos Correia, Guilherme Silva e Jorge Neto na reunião da bancada social-democrata.

Segundo sociais-democratas que estiveram presentes na reunião, a recém-eleita presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, fez uma curta intervenção em que agradeceu aos deputados do PSD e manifestou a sua confiança na bancada, na direcção e no líder parlamentar, Pedro Santana Lopes.

A seguir, Pedro Santana Lopes ouviu elogios de deputados como José Matos Correia, Guilherme Silva, Jorge Neto, Agostinho Branquinho, Helena Lopes da Costa, entre outros, pela sua prestação como líder parlamentar do PSD, disseram à agência Lusa os mesmos sociais-democratas. – Fonte: Lusa



XXXI Congresso do PSD, 20 a 22 de Junho

O XXXI Congresso Nacional do Partido Social-Democrata (PSD) reúne-se, em sessão extraordinária, nos dias 20, 21 e 22 de Junho, em Guimarães, no Pavilhão Multiusos.

O XXXI Congresso terá a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Apresentação e discussão das Propostas apresentadas ao Congresso

Ponto 2 – Eleição dos órgãos nacionais

PROGRAMA

Sexta-feira, 20 de Junho

15h00 - Início da credenciação

19h30 - Início do Congresso

Sábado, 21 de Junho

10h00 - Reinício dos trabalhos

No fim das intervenções – votação das Propostas

20h00 - Fim do prazo de entrega das candidaturas aos Órgãos Nacionais

Domingo, 22 de Junho

9h00/11h00 - Eleição dos Órgãos Nacionais

13h00 - Sessão de Encerramento

Estão disponíveis as declarações de aceitação, subscrição, ao Conselho de Jurisdição Nacional e ao Conselho Nacional, do XXXI Congresso do PSD.

PSD absteve-se na votação da moção de Censura do CDS ao Governo

O líder parlamentar demissionário do PSD, Pedro Santana Lopes, anunciou na ocasião do debate sobre a moção de censura apresentada pelo CDS-PP ao Governo, que o seu partido vai abster-se na votação.

“Eu tive ocasião de falar ontem [quarta-feira] com a dra. Manuela Ferreira Leite e assim foi acertado”, declarou Pedro Santana Lopes aos jornalistas, no Parlamento, no final da reunião do grupo parlamentar do PSD.

Na 5ª feira foi, então, debatida e votada a terceira moção de censura ao Governo apresentada pela oposição desde o início deste ano.

O PSD absteve-se na votação das outras duas moções de censura, que foram apresentadas pelo BE, em Janeiro, e pelo PCP, em Maio.

Pedro Santana Lopes anunciou no sábado a sua demissão de líder parlamentar do PSD, depois de ter ficado em terceiro lugar nas eleições directas para a presidência do partido, que foram ganhas por Manuela Ferreira Leite.

Ainda sem nova direcção parlamentar eleita, hoje o PSD será representado em plenário pelos vice-presidentes do grupo parlamentar Hugo Velosa e José Eduardo Martins. **(Veja em “Parlamento” a intervenção final do PSD)**

Paulo Rangel afirma que é militante do PSD desde 2005

O deputado do PSD Paulo Rangel afirmou que é militante do partido desde Maio de 2005, o que significa que, no plano teórico, está em condições para desempenhar as funções de presidente do Grupo Parlamentar social-democrata.

“Inscrevi-me como militante do PSD a 06 de Maio de 2005, proposto pelo ex-presidente do partido Marques Mendes, sendo a minha ficha assinada por Aguiar Branco [ex-ministro da Justiça]”, declarou à agência Lusa Paulo Rangel.

De acordo com o deputado do PSD, o seu nome foi apresentado como militante do partido “durante uma sessão pública [em Santarém], de que há imagens de televisões como a RTP e TVI”.

“Espero que a minha situação seja regularizada o mais rapidamente possível”, acrescentou, numa alusão ao facto de a sua inscrição como militante ainda não se encontrar formalizada - apesar de o próprio Paulo Rangel dizer que tem insistido nessa regularização ao longo dos últimos três anos.

Segundo a agência “Lusa”, Paulo Rangel é um dos nomes mais falados para a possibilidade de suceder a Pedro Santana Lopes na liderança da bancada social-democrata.



No entanto, nos últimos dias, gerou-se uma polémica sobre o facto de este docente universitário e jurisconsulto não ter formalizada a sua condição de militante do partido - situação que, pelos estatutos do PSD, o impediria de exercer as funções de presidente do Grupo Parlamentar.

Porém, de acordo com fonte próxima deste deputado, os estatutos do partido “não exigem qualquer antiguidade como militante para que se seja líder ou vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD”.

Ou seja, em termos teóricos, um deputado independente da bancada do PSD pode inscrever-se na véspera de ser eleito dirigente ou líder do Grupo Parlamentar.

Esta possibilidade ficou expressa na revisão dos estatutos do PSD feita em 1996, meses depois de uma controvérsia semelhante a esta e que impediu o ex-ministro da Justiça Laborinho Lúcio, então deputado independente social-democrata, de ser líder parlamentar.

Para impedir novos casos idênticos, estabeleceu-se que para se ser líder parlamentar do PSD basta apenas ser militante, não sendo requerida qualquer antiguidade a essa mesma militância, tal como acontece para a hipótese de se aceder a um lugar nos órgãos nacionais do partido.

O mesmo se aplica em termos legais e estatutários ao caso de um líder parlamentar com militância recente ter assento por inerência na Comissão Política do PSD - órgão nacional que exige tempo de militância superior a seis meses.

Segundo fonte social-democrata, também neste caso não se verifica qualquer impedimento.

“Um elemento inerente da Comissão Política significa que esse elemento está nesse órgão político com carácter excepcional. Os membros da Comissão Política eleitos em congresso estão nesse órgão por direito próprio e com um mandato temporal bem definido”, explicou.

Quanto à situação de Paulo Rangel como militante do PSD, em concreto, um elemento próximo do deputado disse que o docente universitário e jurisconsulto “ficou surpreendido quando, em 2006, durante as primeiras directas do partido que elegeram Marques Mendes, verificou que não podia exercer o seu direito de voto como militante”.

Depois deste caso, também de acordo com esta versão, Rangel insistiu com o ex-secretário-geral do PSD Miguel Macedo para que a situação fosse regularizada, o mesmo tendo feito junto do anterior líder, Luís Filipe Menezes.

Esta situação de indefinição prolongou-se até às recentes directas. Paulo Rangel, embora tenha manifestado o seu apoio a Manuela Ferreira Leite, não pode votar.

“A situação de Paulo Rangel como militante pode ficar rapidamente regularizada com um despacho do Conselho Nacional de Jurisdição. Por uma questão afectiva e de verdade em relação aos factos, ele quer que a sua situação seja resolvida pela via da regularização e não de uma nova inscrição”, adiantou o mesmo elemento.

– Fonte: Lusa

Deputado Fernando Antunes

“Sobre o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas”

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Assembleia da República discute hoje na generalidade a Proposta de Lei nº 197/X do Governo que aprova o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas.

É mais um diploma que vem completar o conjunto legislativo em que o Governo apostou só para, no entender do PSD, chamar a si louros de uma reforma que estava no terreno que era “urgente acelerar” e, porque não, possivelmente aqui e ali aperfeiçoar.

O Governo Socialista preferiu a sobranceria desta “luta de galos”, à sombra de uma maioria arrogante e soberba, sem humildade para aproveitar uma Reforma que já estava no terreno. O resultado é que, quando caminhamos para o fim da Legislatura tarda a conclusão do processo legislativo e a sua implementação “vai no adro”. Ainda por cima quando as soluções são discutíveis, nomeadamente em relação a diplomas que põem em causa a dignificação dos recursos humanos que trabalham na Administração Pública Portuguesa.

Esta que é uma Reforma estrutural, que não devia de modo algum admitir estratégias de conjuntura, e muito menos de estratégias político partidárias, que devia ter uma base de apoio ampla e abrangente foi mesquinhamente diminuída pelo PS que não colaborou na Reforma de 2004 e agora preferiu de forma solitária e arrogante aprovar sozinho na Assembleia praticamente todos os diplomas.

A Reforma em curso está longe de conseguir o seu desiderato fundamental – identificar desequilíbrios funcionais, motivar os profissionais da Administração Pública, qualificar e formar pessoas e serviços.

Em vez disso o Governo fez aprovar pela sua maioria submissa, legislação onde a motivação é substituída por um clima de medo e de “disciplina de silêncios” que se afasta da qualificação motivadora que devia envolver os recursos humanos da Administração Pública.

Veja-se o regime de avaliação que além de ser uma teia burocratizante e complexa induz mecanismos que podem levar à injustiça ou à partidarização de decisões de avaliação.

Recordemos por exemplo qual era



a posição do PS em relação às quotas propostas na Lei nº 10/2004, de 22 de Março e o proliferar de quotas na legislação que fez aprovar no sistema integrado de avaliação de desempenho da Administração Pública, para não falarmos no Estatuto da Carreira Docente e na divisionista solução das quotas para o acesso à categoria de professor titular.

Muitas das soluções que o Governo nos tem apresentado tem implícita a subjectividade que, neste caso pode ser um inimigo da justiça. A sua complexidade promove a falta de transparência e políticas discricionárias.

Isto acontece no diploma da avaliação mas também nos vínculos de carreiras e remunerações e ainda no contrato de trabalho em Funções Públicas que em breve sobre a este Plenário e que, a nosso ver, vai conter mais um ataque àquilo em que o PS se vem tornando especialista nas reformas estruturais que agita como bandeiras desta Legislatura – o pôr em causa direitos adquiridos! É isso claramente que concluímos no Regime de Contrato de Trabalho em Função Pública que aí vem que em vez de se aplicar a todos os que, a partir de agora entram na Administração Pública, se vai aplicar retroactivamente a todos os funcionários da Administração Pública, milhares e milhares com vínculos de nomeação, desde que não pertençam àqueles serviços que exercem as chamadas funções nucleares como são as de inspecção,

diplomacia, informação e segurança.

Se acrescentarmos a tudo isto a incoerência do discurso socialista em relação ao PRACE e ao regime da mobilidade onde se inclui a mobilidade especial que atingiu apenas 1 750 funcionários, verificamos que ficam claramente longe dos objectivos e são incapaz de atingir as metas oportunamente previstas.

O PSD sempre se bateu por reformas promotoras do mérito

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o PSD sempre se bateu por reformas promotoras do mérito, quer das pessoas quer dos serviços, que potenciasses a competência e um serviço público qualificado, resguardado de tentações e pressões dirigistas que muito mais que promover e agilizar a máquina da Administração potenciam o aparecimento de medos e submissões inibidoras de uma cultura de valores.

Sinceramente pensamos que o caminho escolhido pelo Governo para esta reforma tem para já um resultado – complicar em vez de simplificar.

Na prática a gestão socialista defende que o Estado continue a fazer tudo recusando-se a rever o seu papel e as suas funções.

O PSD entende apenas ser possível obter resultados se o Estado se libertar de funções acessórias elegendo e investindo no exercício daquelas que são as suas funções essenciais, definidoras da defesa do interesse nacional e das funções sociais promotoras da defesa dos mais desprotegidos e dos principais direitos de cidadania.

Temos fundadas dúvidas sobre se o caminho escolhido pelo Governo alcançará os objectivos da Reforma da Administração Pública – a redução do peso do Estado na economia a potenciação ao máximo do serviço público e a promoção dos princípios de economia, da eficiência e da eficácia.

Lamentamos o caminho solitário do PS em matérias que implicavam consensos a fazer no âmbito deste Parlamento e que o próprio interesse nacional implicava que sobrevivessem à natural e democrática alternância partidária na área governativa.

Temos hoje em discussão uma

Proposta de Lei que em termos substantivos não é fomentadora de divergências. O que nos divide em relação a esta Proposta de Lei é a consequência da natural implicação que nela tem o cabaz legislativo já aprovado no âmbito global da Administração Pública.

Para atingir o seu desiderato, o Governo introduz profundas alterações à mens legis do Estatuto que agora se propõe revogar.

Desde logo, avulta a inversão da lógica do sigilo para a lógica da informação, sendo que o sigilo se permite residualmente.

Mais se aposta na responsabilização dos dirigentes e serviços em prejuízo da intervenção da tutela e se pretende a celeridade processual.

Existem obviamente desideratos que qualquer Grupo Parlamentar, estou certo, subscreverá. É o caso da celeridade processual e a melhoria da defesa e garantias dos trabalhadores.

Divergências pontuais existem nomeadamente em relação ao nº 1 do Artigo 70º onde se admite que seja averiguante um dirigente que já tenha exercido funções de avaliador do trabalhador em causa, em sede de processo disciplinar, possível de possibilitar a demissão ou demissão de trabalhadores. Parece-nos haver aqui uma injustiça flagrante e uma violação clara do princípio da imparcialidade.

Efectivamente, o processo de averiguação suscita-nos as maiores dúvidas.

De facto, destinando-se este procedimento, com carácter de exclusividade, a apurar, em sede de procedimento disciplinar, se duas avaliações de desempenho negativas consecutivas indiciam uma infracção disciplinar, há aqui uma questão da maior sensibilidade e susceptibilidade.

Esperamos que a maioria, em sede de especialidade, permita a melhoria do diploma.

A votação do PSD desta Proposta de Lei, na generalidade, hoje neste Plenário da Assembleia não reflecte divergências de fundo quanto à sua especificidade e só não votamos favoravelmente porque ela é consequente em relação à matéria referente à Reforma da Administração Pública já aprovada pela maioria socialista, das quais naturalmente discordamos e que reflecte uma postura de coerência em relação às nossas posições nesta matéria. Disse.





No encerramento do debate da Moção de Censura Intervenção do deputado José Eduardo Martins

No debate da Moção de Censura apresentada pelo CDS/PP ao Governo, o encerramento, pelo PSD, foi feito pelo deputado José Eduardo Martins, que disse:

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, há três anos o PS obteve uma maioria absoluta. Essa maioria não conheceu limites para lá dos impostos pelos tribunais, como ontem aconteceu com o regresso ao Parlamento da lei que aprova a orgânica da Polícia Judiciária.

E, não esqueçamos, que a degradação de valores e de princípios democráticos já chegou ao ponto de tentar funcionalizar o poder judicial, submetendo os juizes ao regime legal dos funcionários públicos, o que só não conseguiu porque o Tribunal Constitucional o impediu.

A actuação deste Governo não conhece, portanto, limites. Foi inteiramente livre e deve ser inteiramente responsável pelo resultado.

Aliás, no mandato da actual maioria PS têm proliferado, sucessivamente, casos de atropelo à liberdade e às mais elementares regras do Estado de Direito Democrático, que cultivam um ambiente de intimidação, de perseguição, de condicionamento e medo.

Ao todo, ainda assim, o PS tentou governar o País durante dez dos últimos treze anos.

É por isso no mínimo desconcertante a candura com que o Sr. Ministro da Presidência informou na passada semana que o Programa Eleitoral do PS afinal não é para cumprir... Aquilo dos 150.000 empregos, da prioridade do Plano Tecnológico, dos 300.000 idosos que se deviam retirar da pobreza ficou nos cartazes da campanha. Já não é para levar a sério.

O assunto é demasiado sério para ser enfrentado com esta ligeireza, o País precisa efectivamente da mudança e não pode passar ao lado da alavanca que constitui a última remessa de fundos estruturais.

Será dramático se não aproveitarmos estes anos para nos aproximarmos de um modelo de vida mais justo, próspero e solidário. E, para isso, o diagnóstico está suficientemente feito: falta a acção e a competência que seguramente não vão marcar este breve período de História.

Falta só agir em função do muito que se pensou, por exemplo, na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) aprovada no final de 2006 (28 de Dezembro) e que o Governo nem se lembra que existe.



Tendências “pesadas” de evolução da economia mundial

Portugal será confrontado, no horizonte 2020, com tendências “pesadas” de evolução da economia mundial, desde logo a inovação e a difusão de Tecnologias, colocando pressão no sentido de gerar competências que as utilizem e as desenvolvam.

Estas tecnologias vão estar associadas ao crescimento rápido de um conjunto de actividades e sectores organizados à escala global. Portugal quanto mais cedo e com mais profundidade participar no desenvolvimento e difusão destas tecnologias, mais crescerá.

Portugal devia estar a organizar a sua estrutura produtiva em torno de actividades baseadas no conhecimento e a contornar os impactes que decorrerão da actual evolução demográfica.

Em simultâneo, a dinâmica da globalização e do alargamento da União Europeia estão a forçar um ajustamento estrutural de grandes proporções que atinge os sectores de trabalho mais intensivo da economia.

Portugal terá ainda de ter em atenção a linha de evolução em matéria de ambiente. A economia mundial depara-se com riscos ambientais de múltipla natureza, de entre os quais se destaca a mudança global em curso associada ao complexo processo das alterações climáticas, que desencadearam um movimento à escala global no sentido de conter as emissões de gases com efeito de estufa

que cada vez mais se considera serem o seu factor gerador determinante.

Passados três anos é evidente que falhou por completo a implementação do modelo de que o País precisava, assente na:

Elevação no nível de qualificações e habilitações da população – Questão Crucial.

Em matéria de política de Educação, salientam-se o facilitismo, a imposição e a contestação e a insensibilidade social. Da seguinte forma:

Ao nível do facilitismo, o Novo Estatuto do aluno leva a que os professores sejam obrigados a fazer uma prova específica para os alunos que tenham ultrapassado o limite de faltas, deixando os mesmos de ficar retidos por excesso de faltas. Passou, por isso, a ser possível frequentar a escola sem estar presente nas aulas.

Acabaram as provas globais no 9.º ano.

Foi extinto o exame de Filosofia no ensino secundário.

A avaliação das escolas passa a ter em linha de conta a não retenção dos alunos. Ou seja, cria-se um incentivo ao sucesso educativo por via administrativa.

Os professores passam a ser avaliados também em função das notas que dão aos seus próprios alunos.

Também este ano os alunos terão mais 30 minutos para a realização do exame de Matemática, o que provocará melhoramentos puramente administrativos dos resultados.

Mas, a imposição e a contestação também têm marcado posição no campo da política de Educação.

Desde logo, pelo registo histórico da maior manifestação de professores de que há memória no País – com a participação de 100.000 profissionais - contra o modelo de avaliação proposto pelo Governo.

Num sector tão determinante para o futuro do país, o Governo fez questão de impor sempre a sua vontade, numa estratégia que visou numa primeira fase, colocar pais contra professores, depois professores contra professores e, no final, por ironia, acabou por unir toda a comunidade educativa contra as opções do Governo.

Finalmente, na política de Educação destacou-se, também, pela negativa a total insensibilidade social do Governo.

Tal ficou patente, por exemplo, na manutenção, pelo Ministério, do funcionamento do Programa Novas Oportunidades a recibos verdes, embora já por várias vezes o ME tenha vindo a afirmar ter a situação resolvida.

Também ao nível das Actividades de Enriquecimento Curricular o Governo atribuiu apoios às autarquias – que, todavia, se manifestaram insatisfeitas com essas verbas - e demitiu-se, de seguida, da responsabilidade de haver docentes a auferirem 5 ou 6 euros por hora.

Por outro lado, este Governo perdeu já quase 2 anos de vigência do QREN para colocar em marcha, de forma maciça, a formação profissional que tanta falta faz ao nosso tecido produtivo. Milhares de milhões de EUROS destinados à formação no QREN estão ainda na ponta da caneta do Secretário de Estado da Tutela. Para quando as aprovações das candidaturas já apresentadas? Para quando o início das Formações? Deve-se este atraso a lançar os “milhões” no mercado em vésperas de eleições, subvertendo a lógica deste investimento estratégico que é o da Formação e Qualificação?

Promover a mudança no padrão de actividades do país e estimular o potencial endógeno

O novo modelo devia, também, promover a mudança no padrão de actividades do país e estimular o potencial endógeno do País.

Contudo, o País é um oásis para os PIN e um deserto em tudo o mais. As PME continuam sem apoios específicos, apesar dos discursos



irrealistas do Ministro a Economia.

As PME continuam a ser maltratadas pelo Estado, conforme o PSD tem denunciado há muito. Não existe um verdadeiro plano de acção que incentive o investimento e valorize o papel das PME, reforçando-as. Ao invés, o Estado continua a ser mau pagador, devendo, às empresas, montantes que paga mal e a más horas.

O PM anunciou recentemente uma redução em 10 dias do prazo de pagamento das dívidas às empresas, não deixando de ser surpreendente que tal anúncio seja “encarado”, demagogicamente, como uma medida para atenuar a crise económica!...

Manifestamente, o discurso do Governo neste tocante é desfasado da realidade e pouco ambicioso.

O Governo tem afirmado que já criou 94 mil postos de emprego desde o início da legislatura – o que até pode ser uma verdade em números. Porém, deve ser salientado o número de desempregados da responsabilidade deste Governo, bem como a respectiva taxa de desemprego.

No 1º trimestre de 2005 o número de desempregados era de 413 mil, correspondendo a 7.5% de taxa de desemprego.

No 1º trimestre de 2008 já havia 427 mil desempregados, representado um taxa de desemprego de 7.6%.

E tudo isto com uma taxa de variação baixíssima na população activa –cerca de mais 1.9%.

Investigação, inovação e desenvolvimento tecnológico -

Implementar uma estratégia de I&D à escala nacional

O Governo tentou apostar num modelo de crescimento baseado num choque tecnológico.

Importa, no entanto, perceber quais os resultados do Plano Tecnológico que o Governo assume como cumprido na íntegra. Importa perceber qual a avaliação concreta deste Plano e o seu impacto na economia.

A verdade é que o resultado, a nível do desempenho do País, não melhorou: a economia nacional não apresenta taxas de crescimento sustentáveis e é consequentemente ultrapassada por países cujas economias estão a emergir a um ritmo elevado.

Apesar de ser considerado positivo algumas das emblemáticas medidas incorporadas no PT a “vulgarização do PT faz com que muitos portugueses o encarem como algo anódino e distante, quase irreal”, tal como foi reconhecido no âmbito do Compromisso Portugal. A entrega repetida de computadores e telemóveis, pelo executivo, é uma “operação supérflua e contraproducente que serve mais para alimentar o circo do que para sublinhar a importância do PT”.

Note-se que a sociedade empresarial tem referido que o PT não é um processo integrado, estratégico, e sem ligações às várias áreas fundamentais da sociedade. Neste sentido, importa reflectir: fará o PT uma boa articulação com a

modernização da administração pública?

Infelizmente os indicadores estatísticos económicos que estão disponíveis não correspondem ao que o Governo pretende “fazer crer”, ou seja os indicadores de crescimento económico continuam muito baixos e afastados da média europeia. As mais recentes previsões económicas do Governo e de instituições internacionais provam a falta de capacidade de “arranque” da economia. Prevê-se para 2008 um decréscimo no crescimento das exportações em 2 p.p. e o IDE parece cair face a 2007 e 2006.

O novo modelo precisava também da redução do peso do Estado na Economia e da concretização da Reforma da Administração Pública.

Este governo, ao invés, anunciou o PRACE com grande pompa e circunstância, mas sem evidentes efeitos práticos no dia-a-dia dos portugueses e na actividade económica do país.

A receita corrente é hoje bem mais elevada, mas sobretudo a receita fiscal e contributiva, cujo peso no PIB atinge já 37,6%

Foi incapaz de diminuir a despesa pública em termos nominais e a ligeira redução verificada em percentagem do PIB ficou a dever-se apenas ao corte na despesa de capital (essencialmente investimento), enquanto o peso da despesa corrente no PIB é hoje mais elevado que em 2004.

Em contrapartida, também a receita corrente é hoje bem mais elevada, sobretudo a receita fiscal e contributiva, cujo peso no PIB atinge já 37,6%.

E se parte desse resultado pode e deve ser atribuído ao combate à fraude e à evasão fiscal e contributiva, iniciado nos governos do PSD, a verdade é que este Governo procedeu a um aumento generalizado dos impostos com evidentes resultados penalizadores, não apenas para os portugueses de mais baixos recursos, mas também para a classe média.

Nunca, como hoje, servir a causa pública foi tão insatisfatório e desmotivador. E nem as manifestações de rua, de dimensões nunca antes vistas, fazem o Governo despertar do seu torpor autista ou, até mesmo, a descrença dos seus próprios militantes, como é o caso de Manuel Alegre.

Mas, aproxima-se um tempo de mudança, que é preciso acelerar.

Portugal precisa do PSD para garantir que um novo modelo se implementa e que os benefícios do novo modelo promovem uma sociedade mais, mais coesa e mais solidária.

Portugal precisa do PSD para assegurar um sistema de justiça rápido e eficaz, capaz de corresponder às expectativas dos cidadãos e das

empresas.

É dramático o que se passa, por exemplo, no Tribunal de Comércio de Lisboa, onde está instalada a “completa ruptura”, como reconheceu publicamente a respectiva juíza-presidente, Dra. Maria José Costeira, que chegou a afirmar que “se ... fosse estrangeira não investiria em Portugal”.

A posição de Portugal nos próximos vinte anos dependerá da nossa capacidade de adaptação às grandes tendências pesadas que atravessam o período e que se irão prolongar certamente após 2020.

Portugal tem de reforçar a sintonia com a dinâmica do comércio internacional, fixar talentos e qualificar os recursos humanos, conjugando a necessidade de ser flexível na organização social sem comprometer a coesão.

Tendo em conta os desafios que se nos colocam resulta evidente a premissa em reforçar as competências dos nossos recursos internos para satisfazer o esforço de investimento necessário à adaptação da nossa economia ao novo paradigma de crescimento mundial das Economias baseadas no Conhecimento.

O facto de Portugal ser uma pequena economia aberta aponta para que a dinâmica de crescimento, coesão e protecção ambiental dependem muito da “carteira de actividades” em que o país se consiga impor como produtor competitivo e inovador, já que são essas actividades que servirão de motor de crescimento, alimentarão a dinâmica de emprego e revestirão características mais ou menos compatíveis com a protecção do ambiente.

A obtenção de um crescimento mais elevado requer um forte crescimento no investimento privado, nacional e estrangeiro, na diversificação da oferta de bens e serviços internacionalmente transaccionáveis e beneficiando de forte procura internacional nas próximas décadas.

Tudo isto é possível. Apenas precisa da mudança.

Este Governo começou por disfarçar a teimosia com a razão, muito à semelhança do que aconteceu com a co-incineração.

Agora, já nem isso. Perante a crise dos combustíveis o Governo tentou tudo o que pode para se esconder e, quando isso se tornou impossível, apareceu a dizer que a resignação é inevitável.

Pois não é! A censura que merece vai chegar pela escolha dos portugueses em menos de um ano.

Disse!



Carlos Coelho

PE aprova Rede de pontos de contacto contra a corrupção mas defende maior transparência

Na Mini-Sessão Plenária do Parlamento Europeu, a decorrer esta semana em Bruxelas, o Eurodeputado Carlos Coelho do PSD apoiou o Relatório Pirker sobre a Rede de pontos de contacto contra a corrupção

Segundo Carlos Coelho, a estratégia europeia relativa à prevenção e combate à criminalidade organizada evidencia a “necessidade de se desenvolver uma política europeia coerente de combate à corrupção, onde é fundamental a participação activa de todos os actores relevantes.”

Na opinião do Deputado, a eficácia da prevenção e luta contra a corrupção



na Europa “depende da existência de uma cooperação efectiva e eficiente” entre as respectivas “autoridades e serviços dos Estados Membros”, identificando as oportunidades, partilhando as melhores práticas e desenvolvendo padrões elevados de profissionalismo.

Carlos Coelho apoiou a ideia de criar formalmente uma rede anti-corrupção, com pontos de contacto nos Estados Membros, a cuja actividade deverão estar plenamente associados (de acordo com as respectivas competências) outros organismos e agências que desempenham “um papel fundamental nesta luta, como é o caso da OLAF, da Europol e da Eurojust.” sublinhou Carlos Coelho.

Relativamente às alterações apresentadas pelo Relator - Hubert Pirker - Carlos Coelho sublinhou a alteração relativa à necessidade de existir transparência e informação em relação às actividades e recomendações desta rede e a obrigatoriedade da apresentação de um Relatório anual à Comissão e ao Parlamento Europeu.

- *Correspondente*

Silva Peneda

defende reformas no financiamento da Segurança Social e na política de Rendimentos

O euro deputado defende a necessidade de alterar o modo de financiar os sistemas de segurança social, aliviando a carga sobre o factor trabalho e substituindo-a por impostos indirectos.

Defende também que se estudem novas propostas, também de natureza fiscal, que incentivem as empresas a possibilitar o acesso dos trabalhadores à participação nos lucros, embora com diferimento no tempo dos respectivos pagamentos para evitar tendências inflacionistas.

O Deputado Europeu do PSD, José Silva Peneda participou numa discussão que teve lugar no Parlamento Europeu sobre o financiamento da Segurança Social e onde participaram especialistas, académicos e técnicos da OCDE e da Comissão Europeia.

Na sua intervenção, o ex-Ministro do Emprego e da Segurança Social de Cavaco Silva afirmou, que se é certo que a competência sobre o sector da segurança social pertence aos Estados Membros da União Europeia, também é verdade que o problema do seu financiamento é comum a todos os 27 países da União.

Por isso, Silva Peneda entende ser

fundamental abrir uma discussão alargada sobre formas alternativas de financiar os sistemas de segurança social.

Na linha do que tem vindo a defender em diversas ocasiões, Silva Peneda chamou a atenção para a necessidade de se vir a alterar o modo de financiar os sistemas de segurança social, no sentido de aliviar a carga sobre o factor trabalho e substituí-la por impostos indirectos, dado que um sistema onde o financiamento é assegurado quase exclusivamente pelos salários justificava-se num tempo em que o modelo de produção se baseava no sistema de mão de obra intensiva.

Nas actuais circunstâncias, há que ponderar sobre formas alternativas de financiamento, até porque a carga fiscal sobre o factor trabalho é demasiado elevada para as próprias empresas e, como tal, não favorece a criação de emprego.

Silva Peneda entende que o governo português perdeu uma boa oportunidade de caminhar nesse sentido quando, recentemente, decidiu reduzir a taxa do IVA em 1%. Atendendo ao montante referente à redução feita no IVA, Silva Peneda tem a opinião que seria possível, em vez de

baixar o IVA, ter reduzido a taxa social única paga pelas empresas para a segurança social em cerca de um ponto percentual, o que aliviaria os custos sobre o factor trabalho suportado pelas empresas.

Se assim se procedesse ter-se-ia criado melhores condições para que as empresas, especialmente as pequenas e médias, que criam 9 em cada 10 novos postos de trabalho, passassem a ter um incentivo acrescido para criar novos empregos.

Silva Peneda viu confirmadas por parte dos técnicos da Direcção Geral da Alfândegas e dos Impostos da Comissão Europeia presentes na reunião a justeza da sua proposta.

Em documento distribuído, essa Direcção Geral afirma que se houver uma alteração no financiamento da segurança social de modo a que o sistema passe a ser financiado em 40% por impostos indirectos até atingir 50%, passados cinco anos, o impacto directo, a dez anos, no crescimento do emprego pode atingir 3% e no crescimento do produto, mais de 2%.

O Deputado do PSD fez uma referência à necessidade de se encarar, no quadro da política de rendimentos, formulas diferentes das actuais, no que



respeita ao cálculo dos salários que se têm vindo a basear apenas nos aumentos da produtividade e da inflação esperada.

Nesse sentido, sugeriu que se estudem novas propostas, também de natureza fiscal, que incentivem as empresas a possibilitar o acesso dos trabalhadores à participação nos lucros, embora com diferimento no tempo dos respectivos pagamentos para evitar tendências inflacionistas. - *Do nosso correspondente, Duarte Marques*

Tempo de União, empenho e mobilização no PSD

José Palma Rita (*)

O PSD perdeu um tempo precioso com as recentes disputas internas. Há que recuperar Tempo, depois de o mesmo Tempo se ter encarregado de dar razão a quem, seriamente e com rigor procurou denunciar as erradas opções de fundo do Governo PS desde o seu inicial estado de graça.

Os frutos eleitorais, não poderiam surgir logo, só os gananciosos do poder o esperaríamos, pois a confiança do eleitorado tenderia a ganhar-se a prazos mais dilatados, a partir da revisão do programa do PSD e seu ajustamento às novas realidades da sociedade e economia.

Em consequência da revisão do programa de partido, um novo programa do governo com que o PSD estaria neste momento a validar internamente para apresentação ao eleitorado em 2009, daria hoje razão ao profundo trabalho de participação interna e mobilização externa que vinha sendo levado a cabo de forma paciente e consistente, denunciando



sempre que a um prazo mais curto que o PS imaginava, a realidade económica e social do país seriam pior do que a virtualidade em que o governo PS vive desde o início.

Este modelo de trabalho foi seguido aos níveis regional e local, tendo por consequência, no distrito e concelho de Évora, a oposição sistemática à governação nacional e local da CDU e do PS. Poderia ter sido

mais profundo e mais difícil este trabalho? Sem dúvida. Falta contabilizar quantas (à excepção das actuais) comissões políticas concelhias e distritais do PSD tiveram o privilégio de, num mandato de 2 anos, receberem orientações de 3 presidentes do partido e assistirem a 2 eleições directas dos mesmos? Já não conto os repetidos congressos. É obra.

Mobilizando autarcas e militantes, as estruturas concelhias e distritais do PSD em Évora procuraram e conseguiram ainda assim reflectir sobre as principais necessidades do territórios e das pessoas, de forma a poderem passar, numa segunda fase do ciclo de preparação para o crescimento autárquico, à discussão com populações e entidades mais amplas, a envolver e mobilizar para as grandes ideias já traçadas. Em breve, embora com atraso justificado, esse trabalho virá à superfície e será partilhado em plataformas já desenhadas.

Após o tempo já irremediavelmente

perdido, é chegado o momento de união do PSD para, aos níveis local e regional, se consolidarem as opções trabalhadas até agora e que necessitam ser apresentadas ao eleitorado a breve prazo.

É tempo de empenho de todos os militantes na discussão interna das opções das estruturas regionais e locais do PSD, com vista a que, com elevado grau de exigência, se validem as ideias e propostas mais ajustadas ao eleitorado.

É tempo de participação dos militantes do PSD na construção das soluções e na personificação das mesmas junto do eleitorado, nos vários espaços que exigem mobilização de competências internas e externas no próximo acto eleitoral autárquico, sem afastamentos ou retrações calculistas que os militantes e eleitores tendem a rejeitar.

Não tenho a menor dúvida de que este desígnio será assumido empenhadamente por todos os militantes do PSD, porque outra forma não há para o crescimento autárquico em 2009 que não seja o trabalho de continuação e aprofundamento, não sendo esperadas, por incompreensíveis ou inexplicáveis, outras posturas, nomeadamente afastamentos ou contestações perturbadoras do caminho traçado.

—(*) Presidente da CPS/PSD-Évora

Amor Primeiro

Ricardo Rio (*)

Desde que comecei a redigir crónicas semanais de economia realizaram-se dois Campeonatos da Europa de Futebol e outros tantos Campeonatos Mundiais, razão pela qual já bastas vezes pude discorrer sobre as inter-conexões entre o desempenho das selecções nestas competições e o impacto na actividade económica nos seus países de origem. No caso do Euro-2004, até com outra abrangência por via de Portugal se ter assumido como País organizador do Campeonato.

Em todas essas ocasiões, fi-lo com uma base verdadeiramente científica e invocando estudos internacionais das mais reputadas Consultoras, em que se analisava o valor económico das “marcas” nacionais, as expectativas de impacto no produto interno por via da expansão directa do consumo e/ou do aumento da confiança dos consumidores e investidores e dos níveis de motivação e produtividade dos trabalhadores, até ao impacto nos movimentos internacionais de capitais ou do efeito catalisador que o desempenho de certas selecções poderia ter sobre a economia global.

Em qualquer dessas circunstâncias, jamais me procurei socorrer do espírito dileitante daqueles que achavam que esses meses deviam ser dedicados a essa causa maior – o Europeu/Campeonato do Mundo – e que os resultados da

nossa Selecção deviam servir de paliativo e/ou de analgésico para as agruras do dia-a-dia e para a incerteza que possa pairar no futuro dos Portugueses.

Não me revejo, porém, naqueles que se lamentam do excesso de informação sobre todos os factores que envolvem a competição, considerando equívocos os critérios editoriais e excessiva a relevância dada a cada aspecto acessório dos atletas e do ambiente que rodeia estes eventos.

Ora, tratando-se estas competições (também) de um claro produto comercial, e sabendo-se que qualquer meio de comunicação social se submete aos interesses económicos que derivam do nível de adesão das suas audiências, alguém poderia esperar uma atitude diversa daquela que hoje é novamente seguida por todas as televisões, rádios ou jornais?

Feitas estas ressalvas, permitam-me, porém, que confesse que sendo esta, talvez, a circunstância em que parto para uma competição desta natureza com um menor apetite por toda essa catadupa informativa – em linha com as minhas baixas expectativas sobre o desempenho positivo (friso expectativas, não desejos) – é talvez esta a circunstância em que acho que a Selecção pode ter um papel socialmente fundamental neste estio que tarda em

chegar aos lares nacionais.

É sabido, como muitos escrevem e dizem, que não vão ser os golos do Cristiano, os sprints do Bosingwa ou os passes milimétricos do Moutinho que vão fazer crescer as nossas carteiras, reduzir os preços dos bens essenciais, combater o desemprego ou estimular o investimento e a nossa competitividade externa.

Não sei, sequer, se em linha com os tais estudos que referi, a nossa economia poderá registar algum crescimento com as trivelas do Quaresma, os cortes seguros do Ricardo Carvalho ou os passos de magia do velho-Deco que todos gostávamos de reencontrar.

Podem acusar-me de estar a fazer a apologia pública do velho lema do “pão e circo” que já sustentou a afirmação de muitos regimes de má memória, mas, se por mais não for, que as vitórias da Selecção tragam o infimo raio de luz e alegria por que anseiam tantas e tantas famílias de Norte a Sul do País.

Em bom rigor, também não será por não se falar da Selecção ou por esta se “portar pior” do ponto de vista desportivo, que deixaremos de ter criminalidade nas ruas, que teremos mais segurança sobre a capacidade do Estado nos facultar o acesso à Saúde, Justiça, Educação ou Ensino Superior de qualidade, que nos sentiremos menos coagidos no exercício da nossa

cidadania, que procederemos a uma melhor avaliação dos inócuos esforços de revitalização económica e consolidação das contas públicas pela via da despesa ou que teremos outra percepção sobre a total ausência de políticas verdadeiramente sociais, orientadas para aqueles que mais necessitam.

E, se percebermos o impacto, breve mas importante, que este fenómeno pode ter para os lares do Continente e Ilhas, compreenderão ainda mais o que isto pode representar para a giesta lusitana espalhada pelos quatro cantos do mundo e, muito especialmente para aqueles que vão receber a Selecção no seu País de acolhimento.

A recepção do passado Domingo em Neuchatel não me surpreendeu. Via já, tantas e tantas vezes, nos olhos turvos de muitos Portugueses de Toronto, de Nova Iorque, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Paris, de Sidney e de tantos outros pontos do globo.

Dos que partiram há muito. Dos que ainda agora chegaram. Dos que queriam ficar. Dos que queriam voltar. Dos que venceram. Dos que esperavam mais. Dos que sofrem. Dos que triunfaram.

De todos aqueles que, por mais estereótipos que se criem, vivem e sentem e sabem que não há amor como o primeiro. - (*) Economista, Vereador da Câmara de Braga (PSD), Presidente da CPS/Braga

Notícias de Cascais

“Jazz” no Centro Cultural

Concerto com entrada livre no âmbito das comemorações dos 80 de Jazz em Cascais

No próximo dia 11 de Junho, às 21H30, o Centro Cultural de Cascais recebe um concerto da Trupe Vocal, um dos grupos de jazz portugueses de maior longevidade (1995) e o único do género em Portugal. Promovido no âmbito do ciclo dos 80 anos de Jazz em Cascais, a efeméride conta com a organização de Maria Viana e João Moreira dos Santos.

As vozes que dão cara à Trupe são os elementos fundadores Fátima Serro e Kiko, dois cantores com estatuto reconhecido no panorama jazzístico português, e Maria João Mendes, uma nova e emergente voz do jazz nortenho.

A Trupe Vocal actua acompanhada por uma secção rítmica tradicional, composta por: Paulo Gomes (piano), Hugo Carvalhais (contrabaixo) e Leandro Leonet (bateria).

O repertório do grupo é variado, incidindo principalmente sobre compositores norte-americanos e brasileiros, passando por vários estilos, do “blues” ao “swing”, do “Gospel” à bossa-nova, com arranjos originais de Fátima Serro e a colaboração de Kiko na criação de letras.

No seu percurso, a Trupe tem passado por palcos de todo o país e participado em variados festivais de música (Jazz e outros), onde tem sido sempre muito bem recebida.

A Trupe Vocal tem no mercado um trabalho discográfico, “We’ll remember you” (Ed. Açor-Jazz), com a participação de vários músicos convidados. Este disco foi considerado pelo site “JazzPortugal” como “um dos melhores discos de jazz editados em 2001”.

Em breve, o grupo conta lançar um novo trabalho.

Projecto “A Vida não Pára”

Este é um projecto de intervenção social promovido e liderado pela



Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde, da Câmara Municipal de Cascais.

Em Cascais, o Município estabeleceu um acordo para a criação e/ou qualificação de 14 Centros de Convívio de Pessoas que abrangem cerca de 738 pessoas. A finalidade deste projecto é valorizar o processo de envelhecimento, junto dos frequentadores desses Centros, em primeiro lugar e da comunidade em geral.

Tem como destinatários frequentadores e técnicos daquelas respostas sociais, assim como alunos do Secundário e cidadãos do concelho de Cascais.

Pretende-se ainda: promover a consciência da existência de sentido para a vida em todas as fases da vida, também na idade mais velha; incentivar cada frequentador a reconhecer/verbalizar o seu projecto de vida; valorizar as histórias de vida e as competências individuais de cada frequentador e conhecer, reutilizar/rentabilizar competências individuais em prol de um colectivo ou de terceiros

Estas pretensões foram materializadas através de quatro actividades.

A primeira foi um conjunto de

ateliers criativos, “Tornar Novos os Velhos Saberes”, que através do design criaram produtos que recuperaram as competências individuais dos seniores, nomeadamente os labores e o artesanato.

A segunda actividade, “Uma Vida com Histórias”, realizou uma série de encontros entre seniores e jovens alunos de Escolas Secundárias do concelho, permitindo partilha, construção de pontes e o ultrapassar de preconceitos.

“Palavras e Não Só” foi uma outra actividade, que tinha como meta o desenvolvimento pessoal, alicerçando-se por isso no saber da psicologia. Procurou ainda criar uma experiência de formação sustentável entre os próprios técnicos.

Por fim, o “Encontro Vidas com Tempo”, pretende lançar a reflexão sobre o projecto de vida na idade maior; a vida como passado mas também como presente com projecções futuras.

O Projecto “A Vida Não Pára” alicerça-se numa parceria entre a Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde da CMC e os Centros de Convívio de Pessoas Idosas dos Amigos da Paz de Bicesse; do Bem Estar Social Juventude e 3 Idade de

Alcabideche; da Costa do Sol; “Crescer e Viver” – Soc. Recreativa Outeirense; Idosos da Amoreira; Mato-Cheirinhos; Natael Rianço; Nossa Senhora das Neves de Manique de Baixo; Nossa Senhora de Fátima; São José de Caparide; dos Vinhais. E também as Escolas Secundárias Frei Gonçalo Azevedo, IBN Mucana, São João Do Estoril.

Apresentação do livro “Literacia em Português”

O Espaço Memória dos Exílios, no Estoril, acolheu na próxima terça-feira, dia 3 a apresentação do livro “Literacia em Português”, da autoria de um grupo de personalidades com várias formações científicas.

Editado pela ACONTECIMENTO – Estudos e Edições, Lda, o livro tem coordenação editorial de Helena Cidade Moura e foca vários aspectos relacionados com a literacia enquanto direito fundamental, condição de cidadania e instrumento de luta contra a pobreza numa sociedade cada vez mais global.

A primeira parte da obra integra as intervenções apresentadas no Encontro Internacional de Literacia em língua Portuguesa e a segunda reúne textos das intervenções do Encontro Internacional CIVITAS – FIDH, realizado em 1995, testemunho da reflexão que a CIVITAS tem vindo a fazer sobre esta temática.

Autores:

António d’Orey Capucho • Simonetta Afonso • Roberto Carneiro • Júlio Pedrosa •

José Maria Horta e Costa • João Wanderley Geraldi • Book Sambo • Salesianos de D. Bosco • Domingos Gomes • Maria Miguel Estrela • Idália Sá Chaves • Joaquim Coelho Rosa • Helena Maria Cidade Moura • Manuel Sobrinho Simões • Eugénio Lisboa • João Salgueiro • Manuel Correia e Joana Ribeiro • Eduardo Lourenço • Vitor Constâncio • Paul Henry Chombart de Lauwe.



PSD quer esclarecimentos sobre a utilização publicitária da Praça das Flores

O PSD quer esclarecimentos do executivo camarário sobre a ocupação da Praça das Flores com um evento publicitário, exigindo a presença “urgente” do vereador dos Espaços Verdes, Sá Fernandes, na Assembleia Municipal de Lisboa (AML).

O líder da bancada social-democrata, com maioria na Assembleia Municipal de Lisboa, Saldanha Serra, afirmou hoje à Lusa que o PSD “vê com preocupação a situação que se verifica na Praça das Flores” e que irá exigir a presença de Sá Fernandes na Comissão do Ambiente e Qualidade de Vida da AML.

“O PSD admite que o espaço público possa ser usado de várias formas, mas não aceitamos que seja vedado o acesso aos cidadãos. Não há dinheiro nenhum que pague o impedimento dos cidadãos de utilizar o espaço público”, afirmou à Lusa, Saldanha Serra.

“Não se compreende como é que se veda o espaço público durante 17 dias, com prejuízo para moradores e comerciantes, colocando seguranças privados para impedir que os cidadãos possam por lá passar”, adiantou.

O PSD acusou ainda o executivo do PS/BE de “incoerência política” por criticar a utilização do espaço público por parte de anteriores



executivos do PSD, que “nunca provocaram situações semelhantes”.

“Esperamos que a maioria altere este procedimento e que garanta a obrigação de permitir aos lisboetas, e não só, a utilização da Praça das

Flores”, explicou à Lusa, Saldanha Serra.

A demonstração do novo veículo da marca ‘Skoda’, teve início quarta-feira e decorrerá até dia 20 de Junho, no recinto vedado da Praça das Flores,

com entrada restrita aos representantes de concessionários dos cem países que comercializam a marca, com eventos diários a decorrer entre as 17:00 e 01:00.

- Lusa

Notícias de Ovar

Vereadores do PSD apontam impactos negativos do TGV no Concelho

Os Vereadores do PSD contestaram, na última reunião de Câmara, a ideia de que o projecto do TGV possa ser um factor de coesão territorial e social e um elemento decisivo no combate às assimetrias regionais.

Os vereadores do PSD evocaram o Decreto n.º 7/2008, de 27 de Março – que refere que a execução do projecto do TGV traduz-se “num factor de coesão territorial e social dado que permitirá a criação de um sistema de transportes moderno e eficiente capaz de aproximar população e território, elemento decisivo no combate às assimetrias regionais” – para contrapor que cada vez se torna mais evidente que o traçado que irá ligar as cidades do Porto e Lisboa vai trazer muitas e graves implicações ao nosso Concelho.

Os Autarcas sociais-democratas abordaram as medidas preventivas

instituídas pelo referido decreto, que vieram condicionar todo e qualquer tipo de obra urbanística numa determinada faixa territorial com uma largura de 400 metros, entre Lisboa e o Porto. Como a lei impõe que qualquer intervenção dentro dessa faixa esteja condicionada a um parecer vinculativo da REFER, estas medidas restritivas são, para o PSD, altamente castradoras para o desenvolvimento do território e para os legítimos interesses das populações que habitam nestas zonas.

E tudo isto porque uma parte significativa do nosso território ficará “bloqueada” para este projecto, num Concelho que já apresenta vários constrangimentos, como a linha ferroviária do Norte, a Estrada Nacional 109 e as auto-estradas A1 e A29, acrescentando-se ainda a esta lista a Base Aérea da Nato, que ocupa uma vasta

área de território nas freguesias de Maceda e Cortegaça.

Na reunião de Câmara os representantes do PSD destacaram especialmente os exemplos de Arada, Maceda e Esmoriz, freguesias que irão ser literalmente “cortadas a meio” pela linha do TGV. A freguesia de Arada, em especial, tem pela frente, segundo o PSD, um futuro dramático: qualquer um dos dois traçados prejudica gravemente o seu território mas, se o traçado escolhido for aquele que se situa mais a poente, a freguesia pode, simplesmente, desaparecer do mapa. O traçado a poente passa, por exemplo, por cima dos balneários do campo de futebol, junto à capela da Senhora do Desterro (local emblemático da freguesia), a poucos metros do cemitério local e a uma curta distância do Pólo da Biblioteca Municipal e do Posto Médico.

Estes cenários começam a provocar a legítima preocupação e revolta da população. Por isso, para os Vereadores sociais-democratas, importa que as pessoas sejam esclarecidas sobre o que está em causa, nomeadamente, sobre as hipóteses que estão em aberto e sobre as reais implicações do TGV para o território do Concelho de Ovar. Mas importa também, e principalmente, atender aos impactos ambientais, económicos e sociais decorrentes deste projecto no Concelho de Ovar.

Por fim, os Vereadores do PSD manifestaram ainda o seu claro e firme protesto às propostas de traçado do TGV já definidas, que, na opinião dos autarcas sociais-democratas, constituem fortes entraves à circulação de pessoas e às estratégias de desenvolvimento municipal. - Os Vereadores da Câmara Municipal de Ovar

Notícias de Setúbal

A Distrital apresenta Moção no XXXI Congresso

A necessidade de que os grandes investimentos anunciados, como o novo aeroporto internacional e a terceira travessia, terem que ser acompanhados de outras infra-estruturas necessárias, o reforço dos meios de segurança, a aposta na eficiência energética e nas energias renováveis, mais meios técnicos e humanos para dar satisfação às necessidades das populações ao nível da saúde são as principais ideias-chave apresentadas na Moção que a Distrital de Setúbal vai apresentar no XXX Congresso do PSD.

O Distrito de Setúbal reúne cada vez mais condições para assumir um papel fundamental no desenvolvimento de Portugal. Mas, para que isso aconteça importa aproveitar as potencialidades desta região e promover o investimento.

Aeroporto e Terceira Travessia têm que ser acompanhados de outros investimentos

O Governo após um período de obsessão pela construção do novo Aeroporto Internacional na OTA, decidiu ponderar outras localizações, depois de múltiplas reivindicações para a elaboração de estudos entre as várias hipóteses, tendo a decisão final recaído na margem sul do Tejo, mais propriamente no campo de tiro de Alcochete.

A Distrital de Setúbal do PSD sempre defendeu que o interesse nacional deveria ser salvaguardado, nunca defendemos uma visão regionalista desta questão.

A decisão de avançar com o TGV no traçado proposto, demonstrou a necessidade da construção da 3ª Travessia do Tejo no corredor Barreiro-Chelas, acompanhada das componentes ferroviária – Alta velocidade e sub-urbanos - bem como a rodoviária, como forma de melhor servir o Distrito e a sua população. Porém é fundamental que sejam acautelados os interesses das populações rurais, dos produtos regionais, exigindo que nos traçados propostos tal realidade seja considerada.

Agora com decisões tomadas, é preciso que este investimento, acompanhado de outras infra-estruturas necessárias, se traduza numa mais valia para a região gerando riqueza que promova o desenvolvimento do distrito de uma forma sustentada, refere a Moção.

Se tal não acontecer, e apesar das medidas preventivas anunciadas, o distrito de Setúbal verá parte dos seus concelhos “valorizarem-se” através da especulação imobiliária, do aumento

dos preços, mas não do aumento da qualidade de vida de quem para cá vier e dos seus actuais habitantes. De que serve ter nas proximidades grandes investimentos, se não melhorarem, antes piorarem, os acessos à saúde, à educação, à justiça, a uma rede transportes públicos com qualidade, à segurança de pessoas e bens...

Existem outros projectos fundamentais para o desenvolvimento da região, dos quais destacamos, em termos de acessibilidades, os casos da Circular Regional da Península de Setúbal (CRIPS) – conclusão do IC32; da estrada Regional 10 – ligação Almada/Seixal/Barreiro/Moita, com construção duma ponte Barreiro/Seixal; a conclusão do Metro Sul do Tejo com a 2ª e 3ª fases da rede concessionada.

A Moção defende também como necessária e inevitável, no curto/médio prazo a construção de uma travessia no corredor Algés – Trafaria, devendo ser aprofundada a discussão sobre a mesma.

É essencial reforço da ligação rodoviária a Sesimbra, pois é a única sede de Concelho do Distrito que não é servida por auto-estrada ou via rápida, e cujas vias já não servem sequer os seus habitantes, quanto mais todos aqueles que procuram este concelho em período de Verão.

A tomada de tais decisões são urgentes, pois tem de dar resposta a situações já hoje difíceis e problemáticas na actual conjuntura, quanto mais com o previsível aumento populacional.

Governo tem de ter uma estratégia para o Distrito

Setúbal continua a ser um dos Distritos com maior índice de desemprego. Nos últimos três anos foram muitas as empresas a fechar portas. Ao nível das PME's os indicadores permanecem assustadores. É necessário transmitir confiança aos pequenos e médios empresários, para que estes invistam, gerando riqueza e emprego.

O Governo não tem uma estratégia definida para a região. O Distrito não pode crescer nem desenvolver-se através de investimentos avulso.

A inovação e a aposta nas novas tecnologias e, consequentemente, a implantação de pólos tecnológicos no distrito, aliados ao conhecimento, permitirão contribuir para o desenvolvimento da região.

O investimento também tem que ser feito ao nível da formação dos trabalhadores. A fórmula da educação



e formação profissional tem que ser revista. A qualificação dos trabalhadores é essencial para captar investimento.

Falta de médicos de família é dramática

São necessários novos centros e extensões de saúde, em instalações com acessibilidades adequadas aos idosos e cidadãos com mobilidade reduzida. O Governo não só não decidiu sobre a necessidade de novas infra-estruturas como retirou do Orçamento do Estado as verbas para a construção dos Centros de Saúde de Sines, Vale Milhaços e Santo António da Charneca, cujos projectos estavam elaborados e as verbas garantidas.

A Moção que irá ser apresentada no Congresso destaca que a escassez de médicos de família é dramática. O Distrito de Setúbal tem a taxa mais baixa do país na cobertura de médicos de família.

O Governo PS mente aos Portugueses quando anuncia a redução do número de cidadãos sem médico de família.

No distrito de Setúbal, segundo dados oficiais, verifica-se que em Maio de 2008 que nas 10 Unidades de Saúde Familiar (das 11 em funcionamento) os ganhos em médico de família resultaram unicamente da mobilidade de outros Centros de Saúde.

Este governo apostou em criar Centros de Saúde de primeira, as USF's. Os restantes, sem meios nem forma de garantir os seus recursos humanos, limitam-se a ver sair os seus médicos de família, por não terem os

mesmos incentivos. Para tentar colmatar estas baixas o Ministério da Saúde recorre à contratação de médicos de empresas de trabalho temporário, que não resolvem as carências estruturais.

Dos ganhos anunciados de médico de família para mais 15291 utentes, efectivamente tal ficou a dever-se apenas ao acréscimo, por via da mobilidade de 9 médicos. Nas unidades de origem das USF's tínhamos à partida 105191 utentes, distribuídos por 60 médicos de família, o que corresponde a 1753 utentes/médico. Agora temos 120482 utentes, distribuídos por 69 médicos, o que dá 1746 utentes/médico. Desta aparente “melhoria” resultaram danos para os centros de saúde tradicionais, que não foram oficialmente contabilizados.

O governo tem de decidir sobre a construção ou não do hospital no Seixal, cujo plano funcional já devia ser público.

É também fundamental levar a cabo uma política de planeamento que invista na requalificação do Hospital do Montijo e perspective, a curto prazo, a possibilidade de construção de um novo hospital, atendendo à realidade existente e aos impactos decorrentes da construção de uma infra-estrutura âncora como o novo aeroporto.

O gradual envelhecimento da população do distrito determina a necessidade do Estado efectuar um investimento progressivo nos cuidados de saúde continuados, que devem ser articulados com os cuidados primários, beneficiando da contextualização familiar destes, de modo a proporcionar uma vida digna e com

qualidade para os idosos e para os cidadãos com incapacidades/doenças crónicas.

Populações estão cada vez mais inseguras

No distrito de Setúbal, como de resto um pouco por todo o país, é sentido o aumento da criminalidade, bem como um sentimento de insegurança que se instalou, e progressivamente se tem agudizado, em particular em municípios cuja densidade populacional é mais acentuada. Almada, Seixal e Setúbal, são disso exemplos, onde se tem manifestado o aumento de vários tipos de criminalidade, como é o caso da criminalidade violenta e grave, a criminalidade de grupo, a criminalidade transnacional, e a criminalidade juvenil e organizada.

Há diversos factores que têm contribuído para a presente realidade, porém, mais do que diagnosticar o que há muito está diagnosticado, interessa-nos sobretudo inverter esta tendência, através de uma política imperativamente séria e integrada, que possa responder aos fenómenos criminais existentes. A solução passa por: Policiamento de proximidade; Controlo de fontes de perigo; Protecção das vítimas mais fracas; Aposta na Acção social; Melhoria das condições económicas; Aumento do número de agentes de segurança; Reforço e melhoria dos meios; Capacidade de investigação Vs



Sofisticação da criminalidade. Setúbal é um distrito onde alguns dos índices de criminalidade atingem níveis muito superiores à média nacional, devendo por isso ser tomadas medidas concretas e específicas para a nossa realidade.

Distrito tem que apostar na eficiência energética e nas energias renováveis

O património ambiental é uma das mais-valias do Distrito de Setúbal, sendo esta uma área que importa preservar e defender. Os recursos naturais podem e devem ser potenciadores do turismo como aposta estratégica do Distrito, não só como gerador de riqueza e emprego como também de desenvolvimento da própria região.

O Parque Natural da Arrábida, como área natural a preservar e a valorizar, necessita de afirmar o seu potencial turístico. No entanto o Governo socialista preferiu avançar com a co-incineração, contra a vontade da população. A discussão centrou-se na queima de resíduos industriais perigosos na Arrábida, e não, como seria do interesse da região, na deslocalização da Secil e do fim da exploração das pedreiras. Contudo, o Governo insistiu na co-incineração e no aumento da cota de exploração para as pedreiras, o que vai ajudar a perpetuar a presença da Secil na Arrábida.

Para a região, um cenário em que a cimenteira da Secil fosse reconvertida para o sector turístico, de modo a podermos beneficiar do nosso património natural, um dos mais

importantes de Portugal, seria um sinal claro da necessária mudança de paradigma de desenvolvimento da nossa região, na busca de actividades limpas, geradoras de emprego e ambientalmente sustentáveis.

A energia está no centro das preocupações Mundiais, Europeias e Nacionais. Portugal importa 90% da energia consumida. É inevitável que também no Distrito, se faça uma aposta forte neste sector estratégico, considerando não só as suas implicações directas no custo que representa não só o seu consumo mas também a emissão de gases com efeito de estufa como o CO₂, mas também indirectamente as consequências que já hoje se sentem em diversos sectores da economia, e mais genericamente na diminuição das condições sociais. Apostar na eficiência energética e nas energias renováveis é também uma aposta no distrito. A questão energética não é só uma questão ambiental – ela é uma oportunidade sustentável para a criação de riqueza e emprego.

Estão previstos dois grandes investimentos para a região. Esta é uma janela de oportunidade para o distrito de Setúbal que é necessário aproveitar e potenciar para que o aumento da qualidade de vida seja uma realidade a breve prazo.

A Distrital de Setúbal sublinha que Setúbal tem tudo para ser um dos distritos mais desenvolvidos e uma região de forte produtividade, desde que exista uma aposta neste distrito. – **CPD/PSD-Setúbal**

Notícias de Sintra

Projecto “Gentes, Gestos e Linguagens: do trilho da descoberta ao presente do encontro”

Animação com música, dança, exposição de trabalhos e uma feira de venda artesanal são algumas das propostas para festejar o projecto “Gentes, Gestos e Linguagens: do trilho da descoberta ao presente do encontro”, que se realiza no Largo Fronteiro ao Palácio de Queluz, no dia 14 de Junho, das 14h00 às 18h00.

Este projecto, que irá contar com a presença de 600 crianças e idosos, tem como objectivo promover o conhecimento mútuo da população do concelho e valorizar as relações intergeracionais.

Participam no projecto 300 crianças provenientes de ATL's da freguesia de Queluz e 300 idosos provenientes de 12 Associações de apoio a população idosa do concelho.

Do programa constam:

- animação com música e danças que pretende recriar tempos e costumes distintos e que, no conjunto

proporcionarão uma festa de convívio e alegria;

- exposição de trabalhos, colocando em evidência as principais características de cada região do país, trajes, festas, produtos, etc;

- feira de venda artesanal, da responsabilidade das associações participantes, onde serão comercializados produtos artesanais feitos pelos próprios.

ATL de verão no Centro de Ciência Viva

Nestas férias de Verão, o Centro Ciência Viva de Sintra propõe aos visitantes mais novos um conjunto de actividades que lhes permitem adquirir conhecimentos científicos de uma forma recreativa. São dois em um: brincar e aprender.

De 23 de Junho a 12 de Setembro, crianças dos 6 aos 12 anos vão ter



oportunidade de construir a ciência com as suas mãos, como, por exemplo, um motor eléctrico, um boomerang, um polímero e um foguete de papel. E ainda muito mais.

O programa de atelier dos tempos livres, inclui também uma diversidade de experiências laboratoriais denominada “Cientistas por uma tarde” que, entre as actividades, inclui

observações ao microscópio e à lupa binocular.

O ATL das férias de Verão do Centro de Ciência Viva realiza-se das 09h00 às 18h00, com um preço de 30€/dia ou 150€/semana, já incluindo almoço e lanche.

Inscrições: 219 247 730 - Consulte o programa do ATL de verão no site www.cm-sintra.pt – **CM Sintra**

Notícias dos Açores

Costa Neves no encerramento da Convenção em Vila Nova de São Jorge, garante redução do IRS “para todos os açorianos”



O líder do PSD/Açores garantiu sexta-feira que um governo social-democrata vai baixar o IRS de “todos os escalões e para todos os açorianos”, o que vai, assim, permitir abranger a classe média, a “mais afectada” pela actual conjuntura económica.

“Os que estão a ser mais ‘moídos’ neste momento são os que integram a classe média. Por isso assumo o compromisso de baixar o IRS até ao limite máximo de 30 por cento que a legislação permite. [É uma redução] para todos os escalões e para todos os açorianos”, afirmou Costa Neves, na sessão de encerramento da convenção Vida Nova de São Jorge.

O líder social-democrata, que recordou que este compromisso foi estabelecido há um mês, acrescentou que esta redução do IRS vem no seguimento de idênticas propostas apresentadas pelo PSD/Açores no passado e actualmente em vigor.

“Aquilo que fizemos em 1999 para o IVA, IRC e IRS (com uma redução de 20 por cento), vamos agora fazer para o que falta no IRS, que é a redução até 30 por cento”, assegurou.

O presidente do PSD/Açores salientou que actualmente “falta esperança” aos açorianos, dado que “deixaram de acreditar numa vida melhor”.

“Isto é o pior que nos fez a governação socialista. Esta dupla César-Sócrates está a pôr os Açores de pantanas”, sublinhou.

Costa Neves aproveitou, ainda, a ocasião para denunciar que “continuam por abrir as candidaturas” à modernização de explorações agrícolas, relativas ao actual quadro comunitário de apoio, “que começou em Janeiro de 2007”.

PS “insensível” a problemas dos professores

O PSD/Açores lamentou a “insensibilidade” demonstrada pelo PS ao rejeitar, em comissão, a proposta dos social-democratas de revisão do estatuto da carreira docente, que visa a “clarificação” das regras no início do próximo ano lectivo.

“Lamentamos que o PS tenha adoptado uma postura autista, que revela uma absoluta insensibilidade em relação à realidade das nossas escolas e à desmotivação existente na classe docente”, afirmou o deputado social-democrata Costa Pereira, à margem dos trabalhos da comissão de Assuntos Sociais.

O parlamentar do PSD/Açores salientou que a proposta dos social-democratas tem uma “natureza construtiva” e visa um “acréscimo de motivação e estímulo aos professores”.

A iniciativa legislativa pretende alterar o regime de licenças e faltas dos

professores, para que fique “claro” as que são ou não equiparadas à prestação efectiva de serviço.

Os social-democratas pretendem que passem a ser consideradas faltas equiparadas a prestação efectiva de serviço as que decorram de doença, de assistência a filhos menores, de prestação de provas de avaliação por trabalhador-estudante, do exercício do direito à greve, do falecimento de familiar e ainda as relativas a licenças de maternidade, paternidade e parental.

A proposta do PSD/Açores tem, também, por objectivo alterar a periodicidade da avaliação, que passa a ser feita no final de cada período de dois anos escolares, à semelhança do que sucede na Madeira e no continente.

O diploma dos social-democratas vai ser votado no plenário deste mês da Assembleia Legislativa dos Açores.

Notícias do Algarve

Mendes Bota quer antecipar eleições distritais

O líder do PSD/Algarve, Mendes Bota, quer antecipar as eleições dos órgãos distritais do partido de Dezembro para Julho, por considerar que o final do ano pode ser “tarde demais” para preparar o processo eleitoral de 2009.

Em declarações à Lusa, Mendes Bota frisou que já tinha premeditado o pedido de antecipação “muito antes” das recentes eleições directas para a liderança do partido e afirmou que vai avançar como candidato.

“Trata-se de um acto político que se prende exclusivamente com a convicção de que é do interesse do partido definir atempadamente a equipa que irá trabalhar e preparar os desafios eleitorais do próximo ano, designadamente as eleições autárquicas”, sublinhou, em comunicado.

Por outro lado, Mendes Bota afirma que o faz agora, antes do próximo Congresso do PSD, para que a antecipação eleitoral não venha a ser “erradamente interpretada” como uma reacção aos resultados, já que o líder da distrital do PSD não tenciona integrar qualquer lista candidata aos órgãos nacionais.

Contudo, vai recandidatar-se à liderança do PSD/Algarve para, afirma, prosseguir o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos quatro anos e que propõe continuar até 2010.

“Sou candidato, em defesa da regionalização e penso que neste momento o PSD precisa mais do que nunca de que, no seu seio, se bata por esse objectivo constitucional”, afirmou Mendes Bota, que nas recentes eleições para as directas do PSD manifestou o seu apoio a Santana Lopes, depois de Alberto João Jardim ter optado por não avançar. – **Fonte: Lusa**



Notícias do Seixal

Criação da Polícia Municipal: o que será Preferível, Polícia Municipal ou Boletim Municipal?

A JSD Seixal lançou hoje mais uma campanha e um novo Outdoor, desta vez subordinada ao tema da segurança e da fiscalização do cumprimento dos regulamentos municipais, com a proposta de criação da Polícia Municipal do Seixal.

A JSD Seixal tem acompanhado ao longo dos últimos meses, com preocupação, as notícias referentes aos níveis de insegurança no nosso concelho, as dificuldades que têm surgido no concelho do Seixal em acompanhar o cumprimento dos regulamentos municipais e a necessidade de aumentar o policiamento junto dos estabelecimentos de ensino – onde a insegurança é uma realidade por demais evidente.

A JSD Seixal, no passado mês de Abril reuniu com o Intendente Fernando Pinto, que nos revelou que os meses de Fevereiro e Março foram meses de grande insegurança no nosso concelho. O aumento de polícias nas ruas, que iria acontecer com a criação da Polícia Municipal, ajudaria a reforçar o clima de segurança no concelho, referiu o mesmo.

A JSD Seixal, reconhecendo as dificuldades financeiras inerentes à manutenção deste projecto propõe e tendo em conta o período difícil que se vive em termos de insegurança no país todo, que a Câmara Municipal extinga o Boletim Municipal (que não traz nada ao nosso concelho para além de propaganda ao executivo CDU) para a criação desta polícia.

A Polícia Municipal em concelhos como Matosinhos tem um custo de apenas 317.500 € sendo o custo do Boletim Municipal no Seixal superior a 500.000 €.

Tendo em conta esta situação, a JSD Seixal deixa o desafio ao executivo municipal, aos Partidos Políticos no Seixal, à Comunicação Social e principalmente aos Eleitores:

O que será preferível, Boletim Municipal ou Polícia Municipal?

Para a JSD a resposta é óbvia. – **CPS/Seixal-JSD**



TSD desafiam presidente do governo a baixar IRS

Os TSD/Açores desafiaram hoje o presidente do governo regional a cumprir a promessa de redução do IRS, feita em Novembro do ano passado.

“Pretendemos levantar a nossa voz em prol das classes trabalhadoras, sistematicamente chamadas a pagar o preço e a factura das políticas que geraram a situação económica que hoje vivemos. Por ser de inteira justiça e por se tratar de fazer honrar a palavra dada, lançamos por isso o desafio ao presidente do governo para que cumpra o anúncio que fez em Novembro, reduzindo assim o IRS de forma a atenuar as dificuldades cada vez mais sentidas pelas famílias e pelos trabalhadores açorianos”, afirmou Rui Ramos, presidente dos TSD/Açores, em conferência de imprensa.

O dirigente social-democrata salientou que a classe média tem sido “sistematicamente esquecida” pelo governo socialista, quando “existem apoios para os grandes investimentos e não faltam apoios sociais às famílias mais carenciadas, como é o caso da habitação ou do rendimento social de inserção”.

Para minimizar o impacto da perda de poder de compra, “que se verifica há oito anos consecutivos”, Rui Ramos propôs que o governo regional atribua um apoio “sob a forma de complemento salarial”.

O presidente dos TSD/Açores desafiou, ainda, o PS a “acompanhar o PSD na pretensão de alterar a proposta que garante o aumento das despesas de representação dos deputados regionais”.

“A manter-se a proposta, tal como pretendem o PS e o CDS/PP, isso será mais uma machadada na credibilidade dos políticos e da política em geral”, considerou.

- **Gab. Imp. PSD/A**



ALMADA

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de secção de Almada para reunir no próximo dia 26 de Junho de 2008, pelas 21h00, na sede, sita na Rua do Clube de Campismo do Concelho de Almada, n.º 6 –A, em Almada, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária;
3. Diversos.

DISTRITAL DE FARO

Convocam-se, ao abrigo do artigo 67.º dos Estatutos do Partido Social Democrata e do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais, todos os militantes do distrito de Faro para, conforme a respectiva Secção de inscrição em que militam, reunirem nas secções no dia **11 de Julho de 2008** (sexta-feira), pelas **20:00 horas**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

-**Ponto Único:** Eleição da Mesa da Assembleia Distrital, da Comissão Permanente Distrital, do Conselho de Jurisdição e dos Delegados à Assembleia Distrital.

NOTAS:

1. As urnas estarão abertas, em cada secção, **das 20:00 às 23:00 horas**, do dia 11 de Julho de 2008, sem embargo da prorrogação excepcional prevista no n.º 4 do art.º 9.º do Regulamento Eleitoral;

2. As listas de candidatura para os Órgãos Distritais a eleger directamente, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Assembleia Distrital, ou a quem o substitua, na sede distrital, até às 24:00 horas do dia 8 de Julho de 2008, encontrando-se a dita sede nesse dia, aberta para o efeito, das 21:00 às 24:00 horas;

3. As listas de candidatura dos Delegados de Secção, deverão ser entregues aos Presidentes das Assembleias de Secção correspondentes, ou a quem os substitua, nos mesmos prazos referidos na Nota 2, devendo estar abertas, nos mesmos termos e para os mesmos efeitos, as respectivas sedes. As listas devem integrar um número de candidatos efectivos e suplentes por Secção;

4. Conforme o Regulamento Eleitoral (art.º 7.º, ponto 5) os militantes poderão pagar as quotas até ao 10.º dia anterior ao da eleição, para terem capacidade eleitoral activa;

5. Os locais de voto das diversas secções serão os seguintes: **ALBUFEIRA** – sede do PSD, Est. Vale da Pedra, Ed. Palmeira, 1.º Dto;

ALJEZUR – Sede do PSD, R. Franc. Gomes Avelar n.º 12-A; **FARO** – R. Vasco da Gama, n.º 54, 1.º Dto; **LAGOA** – Sede do PSD, R. Joaquim Eugénio Júdice, n.º 3, 1.º Esq.; **LAGOS** – Sede do PSD, R. do Soeiro da Costa n.º 48-50; **LOULÉ** – Sede do PSD, R. Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 1; **MONCHIQUE** – Sede do PSD, R. Dr. Francisco Gomes de Avelar, n.º 7, 1.º; **OLHÃO** – sede do PSD, Av. Dr. Francisco Sá Carneiro n.º 23, R/c Dto; **PORTIMÃO** – Sede do PSD, R. Machado dos Santos, n.º 17; **S. B. de ALPORTEL** – Sede do PSD, R. Poeta Bernardo Passos, n.º 29; **SILVES** – sede do PSD, R. Cândido dos Reis, LT C, Loja B; **VILA DO BISPO** – sede do PSD, R. Carlos Luis Correia Matoso n.º 16, 1.º; **V. REAL de St.º ANTÓNIO** – Sede do PSD, Rua Cândido dos Reis n.º 98;

6. Não existindo sede do PSD, os militantes inscritos na Secção de **ALCOUTIM** exercerão os seus direitos e deveres inerentes a este acto eleitoral, nos mesmos termos e nos mesmos prazos definidos nas Notas anteriores, no Auditório do Castelo de Alcoutim;

7. Não existindo sede do PSD, os militantes inscritos na Secção de **CASTRO MARIM** exercerão os seus direitos e deveres inerentes a este acto eleitoral, nos mesmos termos e nos mesmos prazos definidos nas Notas anteriores, na Rua de S. Sebastião n.º 18, em Castro Marim;

8. Não existindo sede do PSD, os militantes inscritos na Secção de **TAVIRA** exercerão os seus direitos e deveres inerentes a este acto eleitoral, nos mesmos termos e nos mesmos prazos definidos nas Notas anteriores, no Hotel PORTA NOVA, sito na Rua António Pinheiro, em Tavira;

ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os Militantes da Secção de Évora, para reunir no dia **11 de Julho de 2008**, das 18h00 às 23h00, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua Cândido dos Reis, nr 48, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção de Évora.

Nota:

As urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital.

GOLEGÃ

Em sequência de falha de publicação em Povo Livre da última convocatória para 14 de Junho de 2008, ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes, para reunir em Assembleia de Secção de Golegã, no sábado, dia

12 de Julho de 2008, pelas 20:30 horas, em Azinhaga (Rua da Praça) com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Órgãos Políticos de Secção (Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção) da Golegã, do Partido Social Democrata.

Nota: As listas as sufrágio para os Órgãos Políticos, deverão ser entregues, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD da Golegã em Azinhaga (Rua da Praça), ou entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção em mão ou por email, ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estarão abertas das 20h30 às 22h30.

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Loulé, para reunir no dia **11 de Julho de 2008**, das 20h00 às 23h00, na Sede Concelhia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 20h00 às 23h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substituir estatutariamente, na Sede do PSD

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Lousada, para reunir no próximo dia **27 de Junho de 2008**, sexta-feira, às 21h00, na Sede do PSD de Lousada, sita na Travessa de S. Sebastião, 121 – Lousada, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política;
2. Autárquicas 2009.

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Maia, para reunir no próximo dia 4 de Julho de 2008, sexta-feira, com início às 21h00, no Auditório Venepor, sito na Rua Simão Bolívar – Maia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política;
2. Diversos.

MONCHIQUE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes da Secção de Monchique para reunir no dia **11 de**

Julho de 2008, entre as 20h00 e as 23h00, na Sede Concelhia, sita na Rua D. Francisco Gomes de Avelar, n.º 7 – 1.º, em Monchique, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 20h00 às 23h00.

Todas as listas deverão:

a) Ser apresentadas por listas completas para cada órgão, contendo o nome, número de militante e número de Bilhete de Identidade de cada candidato;

b) Ser propostas por 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição;

c) Ser acompanhadas de declarações de aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou conjuntamente.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substituir estatutariamente, na Sede do PSD.

Para que uma lista possa ser entendida como completa deverá a mesma conter o número mínimo de candidatos previstos nos estatutos (7+3) no caso das CPS.

Apenas constarão dos cadernos eleitorais os militantes cujas quotas estejam pagas até ao décimo dia anterior ao acto eleitoral.

MOSCAVIDE

Nos termos do artigo 51.º dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Moscavide para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 18 de Junho de 2008, 4.ª feira, pelas 21h00, na nossa Sede, sita na Rua Maria do Rosário Patacão, n.º 4 r/c Dto, em Moscavide, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informação;
2. Análise da situação política local e nacional.

NÚCLEO DE ARADAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Aradas, para reunir no próximo dia **12 de Junho de 2008** (sábado), a partir das 17h00, na sede concelhia do PSD Aveiro, sita na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, n.º 177 – 1.º andar, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Aradas.

Notas:

As urnas estarão abertas das 17h00 às 20h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Comissão Política de Secção ou a quem o substituir estatutariamente, na Sede do PSD que estará neste dia aberta das 22h00 às 24h00.

NÚCLEO DA SENHORA DA HORA

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a

Assembleia do Núcleo da Senhora da Hora, para reunir ordinariamente no próximo dia **27 de Junho de 2008**, às 21h00, na Sede do PSD, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98 – Matosinhos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política e da candidatura à Junta de Freguesia.

OLIVEIRA DE FRADES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Militantes da Secção de Oliveira de Frades, para reunir no próximo dia 19 de Junho de 2008, pelas 21h00, na sede do PSD, sita no Jardim Dr. José Dinis Vieira, em Oliveira de Frades, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Paços de Ferreira, para reunir no dia **18 de Julho de 2008**, das 21h00 às 24h00, na Sede Concelhia, sita na Avenida dos Templários, n.º 309 – Dto., com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 21h00 às 24h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substituir estatutariamente, na Sede do PSD

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Nos termos do artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes do PSD da Secção de São Brás de Alportel para um Plenário Extraordinário de Secção, a realizar na Sede do PSD, sita na Ria Poeta Bernardo Passos, n.º 29/31, no próximo dia 11 de Julho de 2008 (sexta-feira), pelas 19h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação das listas concorrentes à Mesa da Assembleia e à Comissão Política de Secção de São Brás de Alportel (das 19h00 às 20h00)

2. Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção de São Brás de Alportel. (das 20h00 às 23h00)

Notas: As urnas estarão abertas das 20h00 às 23h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substituir estatutariamente, na Sede do PSD

VINHAIAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Vinhais para reunir no próximo dia **12 de Julho de 2008**, das 18h00 às 20h00, na Sede do PSD de Vinhais sita na Rua Nova, n.º 10 – 1º Dto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substituir estatutariamente, na Sede do PSD.



FONTE DE ANGEÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos em vigor da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo de Fonte de Angeão para dia 12 de Julho, pelas 15 horas, na sede do Núcleo da JSD de Fonte de Angeão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos Órgãos do Núcleo.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de Aceitação de todos os candidatos e das subscrições nos termos estatutários.

O acto eleitoral decorrerá entre as 15 e as 16 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção Concelhia da JSD de Vagos (Luís Frade)

PONTE DE VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos em vigor da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo de Ponte de Vagos para dia 12 de Julho, pelas 17 horas, na sede do Núcleo da JSD de Ponte de Vagos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos Órgãos do Núcleo.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, na

Sede Concelhia da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de Aceitação de todos os candidatos e das subscrições nos termos estatutários.

O acto eleitoral decorrerá entre as 17 e as 18 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção Concelhia da JSD de Vagos (Luís Frade)

LAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário da Secção da JSD de Lagos, para reunir no dia 11 de Julho de 2008, pelas 19h00, na sede concelhia do PSD Lagos, sita na Rua Soeiro da Costa, 48, na cidade de Lagos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário da Secção e Comissão Política da Secção;

Notas:

As listas de candidatos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem o estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia do PSD/Lagos ou na sede distrital do PSD/Algarve;

Para o exercício do direito de voto as urnas estarão abertas das 19h00 às 20h00;

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD/Algarve (Bruno de Azevedo Lage)

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD do Porto, para uma reunião dia 26 de Junho de 2008, pelas 21:00 horas, na Sede Concelhia da JSD, sita na Rua Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Análise da situação política actual.

2 – Reflexão sobre uma possível reorganização político-geográfica dos Núcleos da JSD da Concelhia do Porto.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Secção (Isabel Pinho)



SECÇÃO LABORAL DOS BANCÁRIOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

Nos termos da alínea b) do Art.º 50º dos Estatutos dos TSD e do Art.º 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos Bancários dos TSD do Distrito de Setúbal, para a Assembleia da Secção Laboral que se realiza no dia 22 de Julho, das 17H00 às 20H00, com mesa de voto a funcionar na Sede Distrital, sita na Av. Dr. Manuel Arriaga, n.º 16-3º Esq, em Setúbal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição do Secretariado da Secção Laboral.

Setúbal, 9 de Junho de 2008

Pel' O Secretariado Distrital de Setúbal

José Joaquim Martins do Rosário
Presidente

Nota: De acordo com o n.º 3, do Art.º 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as Listas têm de ser apresentadas até às 22H00 do dia 15 de Julho de 2008, na Sede Distrital dos TSD, sita na Av. Dr. Manuel Arriaga, n.º 16 – 3º Esq., em Setúbal